



AECBP

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA
COVILHÃ, BELMONTE E PENAMACOR

2021

Relatório & Contas



ÍNDICE

Nota Introdutória	1
1. Atividades da Instituição	2
2. Recursos Humanos.....	3
3. Serviços de Apoio ao Associado	3
4. Candidaturas efetuadas	4
5. Candidaturas aprovadas em execução	5
6. Pedidos de reembolso / adiantamentos efetuados	7
7. Projetos de apoio a empresas	9
8. Projetos de comunicação.....	10
9. Projetos de formação	13
10. Outros Projetos	18
11. Parcerias	19
12. Outros.....	20
13. Contas de Gerência 2021	23

Nota Introdutória

O ano de 2021 inicia com a 3.^a vaga de COVID-19, que conduziu à declaração de sucessivos Estados de Emergência que vigoraram até 30 de abril, dos quais resultaram um conjunto alargado de restrições à atividade comercial e à circulação de pessoas. Este enquadramento resultou, inevitavelmente, num forte impacto nos resultados e na atividade regular da AECBP, a exemplo do que já se tinha verificado no ano de 2020.

Apesar deste cenário adverso manteve-se assegurada a continuidade da operacionalidade da associação e foram ainda concretizadas todas as ações necessárias para garantir a segurança e proteção da saúde das suas colaboradoras.

A AECBP, desde o primeiro momento, acompanhou as medidas e orientações do Governo e da Direção Geral de Saúde, reforçando a comunicação regular juntos dos seus associados, para o seu integral cumprimento. Reforçou a proximidade e acompanhamento às empresas, através dos seus gabinetes, auxiliando-as no esclarecimento das várias medidas de apoio, decretadas pelo Governo, entre outras iniciativas.

O enorme impacto da conjuntura económico-social na economia regional e nacional foi sempre um foco de preocupação da AECBP, alertando as entidades para a importância do alargamento do leque de apoio às empresas, por forma a evitar uma maior deterioração da condição económica das mesmas e o seu inevitável encerramento, com a perda de postos de trabalho fulcrais para a região.

Neste enquadramento pandémico, várias iniciativas e projetos previstos foram, obrigatória e consecutivamente, adiados assim como a celebração do centenário da Associação, data que merecia uma comemoração especial.

Contrariando aquilo que seria expectável do ponto de vista dos resultados da atividade da Associação, foi possível, mesmo com a redução de atividade, obter um resultado positivo, apesar de reduzido, mantendo-se a trajetória de recuperação económico-financeira da Associação.

Para 2022 era esperada a tão aguardada retoma da atividade regular, sem qualquer tipo de restrição ou limitação. Contudo, o atual enquadramento económico nacional e mundial, por força do aumento da inflação bem como as consequências resultantes da Guerra na Ucrânia fazem antever um ano difícil para todos os empresários, o que terá reflexo na atividade da Associação.

1. Atividades da Instituição

A atividade da AECBP desenvolve-se principalmente no apoio aos associados, quer de forma direta quer por via de protocolo com parceiros, que assenta em diversos pilares, tais como administrativo, técnico, fiscal, formativo, contabilístico e médico.

De acordo com as competências estabelecidas nos Estatutos da AECBP, a Associação define as estratégias adequadas e supervisiona com dedicação e zelo as atividades e iniciativas realizadas pelos seus gabinetes junto dos associados, garantindo-se um atendimento personalizado no tratamento de diversos assuntos e problemas colocados.

A Associação procura também dar resposta às necessidades específicas de formação da região, promovendo oferta formativa direcionada às necessidades das empresas, por forma a valorizar e capacitar os seus recursos humanos, contribuindo assim para a modernização e progresso da atividade económica.

Para além de prestar aconselhamento técnico e fornecimento de informação legal referente aos diferentes setores das empresas, a AECBP faz ainda o acompanhamento dos projetos candidatos aos diversos sistemas de incentivos, rececionados nesta Instituição. A AECBP é ainda responsável pelo bom desempenho e execução física e financeira dos projetos a que se candidata.

Em termos de Relações Públicas, a AECBP desenvolve tarefas relacionadas com a sua imagem e comunicação junto de associados, entidades e demais públicos. Como base de trabalho privilegia o estreitamento de contactos com associados, empresas da região, entidades locais, regionais e nacionais, assumindo o papel de interface, utilizando para o efeito diferentes estratégias de marketing, comunicação e relações públicas.

O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) da AECBP, de divulgação e organização, apoia não só os formadores como trabalhos de investigação elaborados por professores e alunos da Universidade da Beira Interior. A AECBP, através do seu CRC, tem pontuado a sua atuação, pela aquisição de recursos indispensáveis a uma sólida e cabal base de instrumentos, capazes de responder às necessidades sentidas pela Associação, no âmbito da formação. Assim, conta com um acervo bibliográfico com cerca de três mil exemplares, entre manuais técnicos e gerais, cassetes de vídeo, DVDs e CD-ROM, com o mais diverso software, que abarcam diferentes áreas de formação.

A Associação tem por objetivo complementar levar os seus associados a aderir às novas tecnologias e à sociedade de informação. Os associados têm a oportunidade de se familiarizar com as potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação digital. Porque hoje o acesso rápido à informação é primordial e vital para a sobrevivência de todo o negócio e a adesão às tecnologias de informação é fundamental para qualquer organização, a instituição disponibiliza estruturas de suporte de informação online, onde os associados podem consultar a Internet, elaborar todo o tipo de trabalhos informáticos, enviar e-mails, recolher informação sobre mercados, perspectivas de investimento, programas de apoio e explorar oportunidades em áreas de negócio.

O Gabinete Jurídico da AECBP presta informações, esclarecimentos e serviços do foro do direito, fiscal, comercial, contratos de trabalho, administrativo e outras questões jurídicas aos Associados, órgãos sociais da Associação e departamentos / gabinetes técnico-administrativos.

Relativamente ao Gabinete de Saúde, a partir de janeiro de 2019, e ao abrigo do protocolo de cooperação institucional celebrado com a Associação Mutualista Covilhanense, os serviços médicos passaram a ser realizados na referida Instituição, sendo proporcionada uma maior diversidade de serviços ao nível médico e de enfermagem.



2. Recursos Humanos

A. Estrutura de recursos humanos a 31 de dezembro de 2021

Internos:

- 1 Técnica Superior de Gestão
- 1 Técnica de Comunicação e Marketing
- 2 Técnicas Administrativas

Externos:

- 1 Técnico Oficial de Contas
- 1 Solicitador

3. Serviços de Apoio ao Associado

- Informação sobre Constituição de Empresas.
- Informação sobre legislação geral.
- Livro de reclamações, venda e respetiva autenticação.
- Acompanhamento de Medicina Geral e marcação de consultas (protocolado com a Mutualista Covilhanense).
- Apoio Jurídico, marcação de consultas e encaminhamentos dos associados.
- Tratamento de correspondência, receção, registo na base de dados e respetivo arquivo.
- Tratamento da Base de dados de associados, atualização.
- Cobrança, recebimentos.
- Expedição de correspondência, maillings, newsletters.
- Front-Office.
- Atendimento telefónico e encaminhamento de chamadas para os gabinetes da AECBP.
- Apoio aos diversos gabinetes da AECBP.
- Serviço de reprografia.
- Serviço de emissão de quotização via CTT.
- Serviço emissão recibos/cobrança interna.
- Acompanhamento na organização de eventos, seminários e feiras.

Movimento	Associativo
Inscrições processadas durante o ano de 2021	12
Processos cancelados durante o ano de 2021	25
Nº Associados em 31 de Dezembro de 2021	270



4. Candidaturas efetuadas

PROJETO	ENTIDADE FIANCIADORA	OBJETIVOS	DATA CANDIDATURA	PERÍODO DO PROJETO	ORÇAMENTO TOTAL SOLICITADO	ORÇAMENTO TOTAL APROVADO
DC I/DLBI/534/2021/NACD	IEFP, IP.	A dinamização, a promoção e a disseminação de um programa de formação para a (re)qualificação de ativos empregados para a área digital, quer ao nível das Tecnologias da Informação e Comunicação, quer ao nível da operação digital de equipamentos e da sua manutenção ou outros considerados pertinentes, nomeadamente na área dos serviços.	22-02-2021	30-04-2021 a 30-04-2022	4 0388,40 €	40 388,40 €
TOTAL					40 388,40 €	40 388,40 €

5. Candidaturas aprovadas em execução

No âmbito das candidaturas aprovadas, encontravam-se em execução, durante o ano 2021, os projetos que a seguir se discriminam:

PROJETO	PROGRAMA OPERACIONAL	TIPOLOGIA	OBJETIVOS	DATA CANDIDATURA	PERÍODO DO PROJETO	ORÇAMENTO TOTAL SOLICITADO	ORÇAMENTO TOTAL APROVADO
POCI-03-3560-FSE-000807	POCI	Formação-Ação para PME	Intensificar a formação dos empresários e gestores para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão.	20-05-2019	17-01-2020 a 31-12-2022	266 331,55 €	266 331,55 €
POCI-03-3560-FSE-000810			Qualificar colaboradores das empresas em temáticas relevantes para a estratégia de inovação, internacionalização e modernização das empresas.	20-05-2019	06-01-2020 a 31-12-2022	267 207,24 €	267 207,24 €
CIF POISE-01-3524-FSE-003273	POISE	Formação Modular para Empregados e Desempregados	Potenciar a empregabilidade da população ativa, designadamente dos desempregados e dos empregados, incluindo os que se encontram em risco de desemprego, através do aumento da sua adaptabilidade por via do desenvolvimento das competências requeridas pelo mercado de trabalho.	28-08-2020	04-01-2021 a 31-12-2022	481 174,19 €	250 000,00 €
DC I/DLBI/53 4/2021/NA CD	IEFP, IP.	Projeto Emprego + Digital	A dinamização, a promoção e a disseminação de um programa de formação para a (re)qualificação de ativos empregados para a área digital, quer ao nível das Tecnologias da Informação e Comunicação, quer ao nível da operação digital de equipamentos e da sua manutenção ou outros considerados pertinentes, nomeadamente na área dos serviços.	22-02-2021	30-04-2021 a 30-04-2022	40 388,40 €	40 388,40 €
TOTAL EM EXECUÇÃO						1 055 101,38 €	82 3927,19 €

Procedimentos associados

1. Organização, Manutenção e atualização de Dossiers Técnico-Pedagógicos dos Projetos

Salienta-se a organização dos dossiers Técnico-Pedagógicos dos projetos executados pela AECBP, em que os regulamentos e contratos dos referidos programas, obrigam à existência de 1 dossier técnico-pedagógico por cada empresa participante nos respetivos Programas, obrigando a que estes estejam devidamente atualizados durante a execução dos programas, com toda a documentação inerente às intervenções efetuadas nas empresas, documentação de formandos e consultores/formadores, entre outros, de acordo com as exigências das respetivas entidades gestoras dos Projetos.

2. Organização, Manutenção e atualização de Dossiers Financeiros dos Projetos

A condição contabilístico-financeira relativa à criação, manutenção e atualização dos dossiers financeiros exigida nos regulamentos específicos dos projetos cofinanciados encontra-se devidamente assegurada. Deles fazem parte as fotocópias das despesas incluídas em pedidos de reembolso, os balancetes e extratos centros de custo/rubrica, as tabelas de imputação, os contratos, as certidões de não dívida, as notificações de aprovações, os extratos contabilísticos e bancários e outros documentos relevantes para os respetivos projetos.

3. Organização, dos procedimentos de contratação pública

Salienta-se a preparação e organização dos procedimentos de contratação pública inerentes a cada projeto e respetiva manutenção e atualização dos dossiers com toda a documentação exigida.

6. Pedidos de reembolso / adiantamentos efetuados

A. Pedidos solicitados

Relativamente aos custos associados aos diversos projetos e contabilizados em centros de custos próprios, foram elaborados, de acordo com a metodologia estipulada nos respetivos regulamentos específicos, os seguintes pedidos de reembolso:

PROJETO	PEDIDO	DATA	MONTANTE APROVADO	PEDIDO REEMBOLSO	MONTANTE RECEBIDO
Programa Formação PME - POCI-03-3560-FSE-000807	2.º Adiantamento 15% (Orçamento 2021)	05-01-2021	266 331,55 €		26 504,89 €
	Pedido Reembolso 1/2021	03-03-2021		9 896,88 €	
	Pedido Reembolso 2/2021	06-05-2021		21 265,19 €	3 825,78 €
	Pedido Reembolso 3/2021	06-07-2021		12 134,43 €	10 920,99 €
	Pedido Reembolso 4/2021	03-09-2021		7 962,27 €	7 166,04 €
	Pedido Reembolso 5/2021	05-11-2021		549,42 €	494,48 €
	Pedido Reembolso Intermédio 2021	09-02-2022		261,52 €	
	Total			266 331,55 €	52 069,71 €
Dinamizar - POCI-03-3560-FSE-000810	2.º Adiantamento 15% (Orçamento 2021)	04-01-2021	267 207,24 €		25 259,93 €
	Pedido Reembolso 1/2021	03-03-2021		17 725,45 €	
	Pedido Reembolso 2/2021	06-05-2021		18 556,69 €	10 474,98 €
	Pedido Reembolso 3/2021	06-07-2021		6 762,64 €	6 086,38 €
	Pedido Reembolso 4/2021	03-09-2021		8 403,70 €	7 563,34 €
	Pedido Reembolso 5/2021	10-11-2021		614,84 €	553,46 €
	Pedido Reembolso 6/2021	06-12-2021		17 358,96 €	15 607,62 €
	Pedido Reembolso Intermédio 2021	18-02-2022		337,87 €	
Total		267 207,24 €	69 760,15 €	65 545,71 €	
Formação Modular CIF POISE-01-3524-FSE-003273	1.º Adiantamento (Orçamento 2021)	15-06-2021	250 000,00 €		15 896,67 €
	Pedido Reembolso 1 e 2/2021	05-08-2021		5 761,61 €	5 761,61 €
	Pedido Reembolso 3/2021	05-11-2021		10 382,67 €	10 382,67 €
	2.º Adiantamento (Orçamento 2021)	07-12-2021			2 805,30 €
	Pedido Reembolso Intermédio 2021	10-01-2022		20 296,90 €	1 594,93 €
	Total			250 000,00 €	36 441,18 €
Emprego + Digital - DC I/DLBI/534/2021/NACD	1.º Adiantamento 15%	14-06-2021	40 388,40 €		6 058,26 €
	Pedido Reembolso 1/2021	09-08-2021		8 113,92 €	8 076,54 €
	Pedido Reembolso 2/2021	24-11-2021		2 491,91 €	2 491,91 €
	Pedido Reembolso 3/2021	17-12-2022		2 682,38 €	2 682,38 €
	Total			40 388,40 €	13 288,21 €
TOTAL			823 927,19 €	171 559,25 €	170 208,16 €

B. Resumo Execução Financeira

A 31 de dezembro de 2021, a execução financeira dos diversos projetos era a seguinte:

PROJETOS	ADIANTAMENTO/ PEDIDO REEMBOLSO	MONTANTE APROVADO	2020		2021		ACUMULADO	
			€	%	€	%	€	%
Programa Formação PME - POCI-03-3560- FSE-000807	Adiantamento	266 331,55 €	32 537,19 €	N.a	26 504,89 €	N.a	59 042,08 €	N.a
	Pedidos de Reembolso		70 020,60 €	26,3%	52.069,71 €	19,6%	122 090,31 €	45,8%
	Total Recebido		87 234,45 €	48 912,18 €	136 146,63 €			
Dinamizar - POCI-03- 3560-FSE-000810	Adiantamento	267 207,24 €	32 657,63 €	N.a	25 259,93 €	N.a	57 917,56 €	N.a
	Pedidos de Reembolso		80 115,18 €	30,0%	69 760,15 €	26,1%	149 875,33 €	56,1%
	Total Recebido		92 671,66 €	65 545,71 €	158 217,37 €			
Formação Modular CIF POISE-01-3524- FSE-003273	Adiantamentos	250 000,00 €	N.a	N.a	18.701,97 €	N.a	18 701,97 €	N.a
	Pedidos de Reembolso				36 441,18 €	14,6%	36 441,18 €	14,6%
	Total Recebido				36 441,18 €	36 441,18 €		
Emprego + Digital – DC I/DLBI/534/2021/NACD	Adiantamento	40 388,40 €	N.a	N.a	6 058,26 €	N.a	6 058,26 €	N.a
	Pedidos de Reembolso				13 288,21 €	32,9%	13 288,21 €	32,9%
	Total Recebido				19 309,09 €	19 309,09 €		
TOTAL RECEBIDO		823 927,19 €	179 906,11 €	170 208,16 €	350 114,27 €			

Considerações:

- No início de cada ano e com a comunicação do início/re-início de cada projeto, é solicitado o adiantamento correspondente a 15% do valor financiado e aprovado para esse ano, sendo efetuado no final do mesmo ano o encontro de contas entre adiantamentos recebidos e o pedido de reembolso Intermediário (fecho do ano). Contudo se o valor apresentado não cobrir o adiantamento recebido, será deduzido nos pedidos de reembolso seguintes até justificar a totalidade do adiantamento recebido.
- Os projetos Programa Formação PME-POCI-03-3560-FSE-000807 e Dinamizar-POCI-03-3560-FSE-000810 são cofinanciados a 90% enquanto que os projetos Formação Modular CIF POISE-01-3524-FSE-003273 e Emprego + Digital – DC I/DLBI/534/2021/NACD têm uma taxa de financiamento de 100%.



7. Projetos de apoio a empresas

No âmbito empresarial, foram prestados os seguintes apoios:

- Prestação de serviços de apoio técnico e assessoria às empresas.
- Envio de newsletters regulares, com informações importantes
- Esclarecimentos nas áreas da gestão, contabilidade e fiscalidade.
- Esclarecimentos sobre apoios Comunitários e Nacionais (PORTUGAL 2020, PDR 2020, Incentivos à Criação de Emprego).
- Submissão das declarações eletrónicas de alguns associados.
- Manutenção do espaço no site da AECBP dedicado, exclusivamente, às questões decorrentes da pandemia.

Os esclarecimentos foram dados pelos técnicos da Instituição, quer presencialmente, quer via telefone. Procedeu-se ainda à disponibilização de documentação e legislação aplicável à informação prestada.

8. Projetos de comunicação

A. Manutenção do portal web www.aecbp.pt

Manutenção do portal da AECBP com inserção de notícias, atualização da agenda e inserção de eventos e atividades realizadas pela AECBP.

B. Redes Sociais da Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor

Manutenção do perfil do portal Facebook – www.facebook.com/faceaecbp – onde se publicam notícias e temas de interesse empresarial, publicidade das formações da AECBP e registo fotográfico das atividades realizadas pela Associação Empresarial, bem como divulgação de iniciativas de índole empresarial, social e cultural.

Manutenção do perfil do portal LinkedIn – www.linkedin.com/in/aecbp-assoc-emp-covilhã-belmonte-e-penamacor – onde se publicam notícias e temas de interesse empresarial, publicidade das formações da AECBP e registo fotográfico das atividades realizadas pela Associação Empresarial, bem como divulgação de iniciativas de índole empresarial, social e cultural.

C. Seminários e outras iniciativas

Participação nas reuniões de trabalho dos órgãos de gestão da GAL ADERES.

Participação em várias reuniões de trabalho, em formato online, com instituições parceiras e intervenientes a nível nacional, nomeadamente Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Associação Empresarial de Portugal (AEP) e Conselho Empresarial do Centro (CEC).

Roadshow “Portugal Que Faz”. A AECBP foi parceira nesta iniciativa do Novo Banco e Global Media Capital. A conferência teve lugar no Parkurbis e contou com a presença de quatro associações empresariais.

D. Iniciativas de Apoio ao Comércio Tradicional

a. Promoção e dinamização do comércio tradicional

- i. A AECBP em parceria com a autarquia local colaborou mais uma vez na promoção e dinamização do comércio tradicional do centro da Covilhã tendo informado e sensibilizado presencialmente e via telefone os estabelecimentos comerciais situados no centro da cidade.
- ii. A sensibilização consistiu na apresentação detalhada das atividades a desenvolver, entidades envolvidas, recursos necessários e timings a serem realizadas.

b. Atividades promovidas e desenvolvidas:**1) “Na Magia de Natal apoie a Economia Local” – Natal 2021**

Considerando que o Natal é, e sempre será, uma época do ano muito especial, rodeada de magia e de sentimentos, e à qual ninguém consegue ficar indiferente, particularmente no momento atual, devido à pandemia COVID-19 que arrasa o mundo, tanto ao nível da saúde como da economia, o Natal foi, seguramente, vivido outra vez de forma diferente por todos nós.

Consciente deste facto, a AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, no âmbito do apoio à economia local e com o principal objetivo de a dinamizar, ajudando a minimizar os efeitos da crise económica provocada pela pandemia, decidiu promover uma campanha de incentivo ao consumo no Comércio, Serviços e Restauração Local. O objetivo passou por aliciar os consumidores a consumirem na economia local de uma forma consciente, calma e segura, conforme orientações da DGS e disposições legais impostas.

Iniciativas levadas a cabo:

1) Iniciativa, Campanha de Natal 2021 " NA MAGIA DE NATAL APOIE A ECONOMIA LOCAL".

Esta iniciativa consistiu na criação de dois concursos a sortear em janeiro de 2022.

Ficaram habilitados aos prémios que integraram estes dois concursos, todos aqueles que efetuassem compras nos estabelecimentos aderentes à presente campanha no período de 6 de dezembro de 2021 a 10 de janeiro de 2022.

Para o efeito, foram criados cupões de participação para que os mesmos pudessem ser entregues aos clientes no momento da compra nos estabelecimentos aderentes. Cada 20€ de compras dava direito a um cupão de participação.

Os canhotos dos cupões preenchidos, guardados pelos estabelecimentos aderentes, seriam posteriormente entregues na AECBP até ao dia 12 de janeiro, para realização dos sorteios.

2) Iniciativa, Concurso «Vouchers em Compras - (Re)Investir em Nós»:

Consistia na atribuição de diversos vouchers no valor de 25 € (vinte e cinco euros) cada, sendo que o valor mínimo inicial da dotação para este sorteio foi no montante global de 2.000 € (dois mil euros).

O valor da dotação poderia ser majorado pelo número de blocos de cupões vendidos aos estabelecimentos aderentes, sendo que o valor das vendas que excedesse o valor de 2.000 € (dois mil euros) seria totalmente e diretamente canalizado para a bolsa de vouchers a atribuir.

Foram atribuídos 90 vouchers no valor de 2 250€.

Na página da Internet e nas redes sociais da AECBP foi permanentemente atualizado o valor total a reinvestir na economia local.

Iniciativa, Concurso «Montras de Natal – Natal 2021»:

A iniciativa consistiu na sensibilização dos estabelecimentos do comércio tradicional para a decoração das suas montras com os mais diversos materiais e adereços escolhidos pelos próprios, apelando a uma forte criatividade na realização dos trabalhos. Foi organizado um concurso de montras com uma grelha de classificação e atribuição do mérito da montra de natal mais criativa aos primeiros três classificados, com a atribuição de prémios monetários. Todos os estabelecimentos participantes obtiveram um certificado de participação. As montras a concurso foram fotografadas e divulgadas nas redes sociais da AECBP, com partilha pelos respetivos estabelecimentos a concurso, contribuindo para uma forte divulgação do comércio tradicional.

2) Plataforma Eletrónica (MarketPlace) “Compras na Covilhã”.

É promovida pelo Município da Covilhã, em colaboração com a Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor. Na plataforma estão comerciantes, micro e médias empresas do concelho da Covilhã, numa iniciativa que cruza ferramentas tradicionais com novas ferramentas digitais, como um portal web “marketplace” destinado a facilitar o contacto entre os estabelecimentos aderentes e os consumidores.

Através desta plataforma, os comerciantes do concelho poderão colocar os seus produtos à venda online, com loja própria dentro da plataforma, com capacidade até mil artigos, disponibilizando os mesmos a compradores de todo o país. O principal objetivo é apoiar a revitalização e dinamização do comércio local, principalmente no contexto de pandemia Covid-19.

E. Outras Parcerias com instituições

Colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro no Peditório Nacional. Foram contactados os comerciantes para colocação de cofres para donativos nos estabelecimentos. Foi ainda feita a entrega de merchandising para venda, com o valor a reverter na sua totalidade para a LPCC.

9. Projetos de formação

Formação Financiada

A) Projetos Formação Ação



POCI-03-3560-FSE-000807| Formação Ação para PME

EB (Entidade Promotora): AECBP

OI (Organismo Intermédio): AEP – Associação Empresarial de Portugal

Período de Intervenção: Janeiro 2020 – Dezembro 2022

Empresas de Consultoria e Formação: CONSULSET, SA

Empresas Beneficiárias por Temática e Dimensão

Dimensão	Temática Gestão da Inovação		Temática Economia Digital	
	Orçamento	Projeto	Orçamento	Projeto
Micro	8	9	8	5
Pequena	3	2	3	6
Média	1	1	1	1
TOTAL	12 Empresas	12 Empresas	12 Empresas	12 Empresas

Localização Geográfica das empresas

Região Centro – NUTS III	Micro	Pequena	Média	TOTAL
Beiras e Serra da Estrela	13	4	2	19
Beira Baixa	1	4	0	5
TOTAL	14 Empresas	8 Empresas	2 Empresas	24 Empresas

Nota: Empresas pertencentes aos concelhos de Covilhã, Manteigas, Fundão, Guarda, Belmonte, Penamacor, Sertã, Castelo Branco

Execução Física Global do Projeto

	Candidatura	Aprovado	Execução Ano 2020	Execução Ano 2021	Execução Acumulada	Taxa de Execução
Temática: Gestão da Inovação						
N.º Empresas	12	12	11	13	13	108% **
N.º Horas Consultoria	1310	1310	496	688	1184	90%
N.º Horas Formação	715	715	0	125	125	17%
Volume Formação	8280	8280	1392	2734	4126	50%
Temática: Economia Digital						
N.º Empresas	12	12	10	11	11	92%
N.º Horas Consultoria	1310	1310	384	628	1012	77%
N.º Horas Formação	715	715	0	80	80	11%
Volume Formação	8280	8280	992	2404	3396	41%

** A empresa Boltherm, prevista inicialmente para ser intervencionada na temática Economia Digital, foi encaminhada para a Temática de Gestão da Inovação, na sequência do pré diagnóstico efetuado.


POCI-03-3560-FSE-000810 | Formação-Ação para PME
EB (Entidade Promotora): AECBP

OI (Organismo Intermédio): CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Período de Intervenção: Janeiro 2020 – Dezembro 2022

Empresas de Consultoria e Formação: CONSULSET, SA

Empresas Beneficiárias por Temática e Dimensão

Dimensão	Temática Gestão da Inovação		Temática Economia Digital	
	Orçamento	Projeto	Orçamento	Projeto
Micro	8	8	8	7
Pequena	4	4	3	4
Média	1	1	1	1
TOTAL	13 Empresas	13 Empresas	12 Empresas	12 Empresas

Localização Geográfica das empresas

Região Centro – NUTS III	Micro	Pequena	Média	TOTAL
Beiras e Serra da Estrela	10	6	2	18
Beira Baixa	5	2	0	7
TOTAL	15 Empresas	8 Empresas	2 Empresas	25 Empresas

Nota: Empresas pertencentes aos concelhos de Covilhã, Guarda, Figueira Castelo Rodrigo, Penamacor, Castelo Branco e Sertã.

Execução Física Global do Projeto

	Candidatura	Aprovado	Execução Ano 2020	Execução Ano 2021	Execução Acumulada	Taxa de Execução
Temática: Gestão da Inovação						
N.º Empresas	13	13	13	13	13	100%
N.º Horas Consultoria	1300	1300	656	456	1112	86%
N.º Horas Formação	750	750	0	75	75	10%
Volume Formação	8400	8400	1784	2093	3877	46%
Temática: Economia Digital						
N.º Empresas	12	12	12	12	12	100%
N.º Horas Consultoria	1200	1200	524	532	1056	88%
N.º Horas Formação	900	900	0	0	0	0%
Volume Formação	9000	9000	1420	1376	2796	31%

B) Projeto Formação Modulares

Título da Operação – Formação Modular Para Empregados e Desempregados – CIF – Candidatura Integrada de Formação

Tipologia de Operação: Tipologia 1.08 – Formação Modular Para Empregados e Desempregados

Entidade Beneficiária: AECBP

Entidade Parceira: CCP

Período de Execução: Junho 2021 – Dezembro 2022

Áreas de Formação Aprovadas	2021				
	Nº de Ações de Formação	Nº de Formandos	VF Executado	VF Aprovado (Total Projeto)	Execução Física (%)
213 - Audio-visuais e Produção dos media	4	71	1691	4700	36%
341 - Comércio	4	60	2066	10125	20%
342 - Marketing e Publicidade	2	40	1199	2950	41%
344 - Contabilidade e Fiscalidade	0	0	0	2200	0%
345 - Gestão e Administração	1	16	314	3450	9%
346 - Secretariado e Trab. Administrativo	0	0	0	1250	0%
347 - Enquadramento na Organização	0	0	0	4700	0%
481 - Ciências Informáticas	0	0	0	6400	0%
Total	11	187	5270	35775	15%

C) Projeto Emprego + Digital

Acordo de Cooperação ao abrigo do DL n.º 165/85 – Programa Emprego + Digital



Entidade Beneficiária: AECBP

Entidades Parceiras: CCP e IEFP

Período de Execução: Junho 2021 – Abril 2022

Plano de Formação Aprovado	2021					Execução Física Horas %
	N.º de Horas		N. de Formandos		Volume Formação	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado		
10 Ações na área Digital	400	100	150	66	1540	25%



Formação Não Financiada

Na modalidade de formação não financiada a AECBP, enquanto entidade formadora organiza todo o processo formativo das formações nas empresas: Contratação de formadores, organização do Dossier Técnico Pedagógico e emissão de certificados de formação no SIGO.

No final das formações e após as empresas regularizarem os valores em causa são entregues às empresas os Dossier Técnico Pedagógicos e os respetivos Certificados de formação.

No ano 2021 foram realizadas duas ações de formação.

<p>Empresa: Quinta dos Lamaçais, Lda. UFCD: Primeiros Socorros</p>	<p>Nº de ações – 1 Horas de Monitoria – 4 Volume de Formação – 36 Nº Formandos – 9</p>
<p>Local de Realização: Empresa Quinta de Lamaçais, 6200-710 Teixoso Data de Realização: 15 de Junho de 2021 Formador: André Morais</p>	
<p>Empresa: FPL – Fábrica de Produtos de Luxo, Lda UFCD: Língua Francesa - Atendimento</p>	<p>Nº de ações – 1 Horas de Monitoria – 50 Volume de Formação – 300 Nº Formandos – 6</p>
<p>Local de Realização: Empresa Zona Industrial. do Fundão Lote. 41 A,6230-483 Fundão Data de Realização: 19 de Julho de 2021 a 16 de Novembro de 2021 Formador: Daniela Calçada</p>	



Outros Projetos de Formação

▪ Projeto CENTRO-08-5864-FSE-000027 | FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CERTIFICADA DE UFCD'S

Entidade Promotora: ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela – Sul

Período de Execução: Maio 2020 – Dezembro 2021

Empresas de Formação Subcontratadas: CONSULSET, SA e ASSEC Consultores

Valor Total Aprovado: 6.179,18€

Os serviços prestados contemplam:

- Minистраção das UFCD's;
- Preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da operação;
- Preparação do dossier técnico-pedagógico por ação de formação
- Emissão de Certificados de Formação.

UFCD'S CONTRATADAS:

- 1 – UFCD 6365 - Turismo em espaço rural (25 horas)
- 2 – UFCD 3375 - Serviços de alojamento hoteleiro como área de negócio (50 horas)
- 3 – UFCD 7854 - Plano de negócio – criação de micronegócios (25 horas)
- 4 – UFCD 2889 - Gestão da empresa agrícola (50 horas)
- 5 – UFCD 4335 - Valorização e empreendedorismo rural (25 horas)

UFCD'S EXECUTADAS 2020:

1 – UFCD 6365 - Turismo em espaço rural (25 horas)
N.º de formandos: 13 | **N.º de Formandos Certificados:** 10
Empresa de Formação Subcontratada: CONSULSET, SA
Valor Faturado: 882,74 € | **Valor pago à entidade subcontratada:** 625,00€

UFCD'S EXECUTADAS 2021:

2 – UFCD 3375 - Serviços de alojamento hoteleiro como área de negócio (50 horas)
N.º de formandos: 13 | **N.º de Formandos Certificados:** 10
Empresa de Formação Subcontratada: CONSULSET, SA
Valor Faturado: 1.765,48 € | **Valor pago à entidade subcontratada:** 1.250,00 €

Grau de execução global: 42,9%

A execução do projeto esteve condicionada à evolução e ao desenvolvimento da situação epidemiológica registada a nível local e às restrições/regras impostas a nível nacional, assim como do interesse e disponibilidade demonstrada pelo público-alvo (promotores de projetos apresentados à GAL ADERES).

10. Outros Projetos

Protocolos celebrados com o Município da Covilhã

No decorrer de 2021 foram executados os seguintes protocolos de apoio com o Município da Covilhã:

PROTOCOLO	OBJETIVOS	PERÍODO DO PROJETO	ORÇAMENTO TOTAL APROVADO	MONTANTE SOLICITADO	MONTANTE RECEBIDO
2019/3159	Apoio na execução de diversas atividades de dinamização da economia local nas áreas da Cultura, Desporto e Turismo, Empreendedorismo e Economia, assim como iniciativas relacionadas com o centenário da AECBP e a apoio na divulgação da Revista Beira In Touch	22-01-2020 a 31-12-2021	24 000,00 €	11 244,46 €	12 992,48 €
2020/1696	Apoio ao comércio local E revitalização da economia local, face às consequências derivadas da Pandemia COVID-19	14-09-2020 a 31-12-2021	90 000,00 €	73 962,95 €	59 040, 00 €
TOTAL EM EXECUÇÃO			114 000,00 €	85 207,41 €	72 032,48 €

A 31 de dezembro de 2021, a execução financeira dos diversos projetos era a seguinte:

PROTOCOLO	ORÇAMENTO TOTAL APROVADO	2020		2021		ACUMULADO	
		€	%	€	%	€	%
2019/3159	24 000,00 €	9 589,42 €	40,0%	12 992,48 €	54,1%	22 581,90 €	94,1%
2020/1696	90 000,00 €	14 760,00 €	16,4%	59 040,00 €	65,6%	73 800,00 €	82,0%
TOTAL	114 000,00 €	24 349,42 €		72 032,48 €		96 381,90 €	

11. Parcerias

As principais entidades com que a AECBP se relaciona quer seja através de protocolos ou parcerias, são: PT Comunicações; Universidade da Beira Interior (UBI); Conselho Empresarial do Centro (CEC); Associação Empresarial de Portugal (AEP); Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP); Federal Empresarial de Portugal (FEP); CESAE – Centro de Serviços de Apoio às Empresas; Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã S.A; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI); Ministério da Economia – Direção Regional do Centro; Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (MODATEX); Rede de Centros de Recursos em Conhecimento; Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE); CNS – Regiões – Companhia Nacional de Serviços; Câmara Municipal da Covilhã; Câmara Municipal de Belmonte; Câmara Municipal de Penamacor; Administração Regional de Saúde; Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco; Confederação do Comércio Português; RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural e Biblioteca Nacional, Banco de Recursos da Sertã, ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul, Associação Académica da Universidade da Beira Interior, Conselho Empresarial das Beiras e Serra da Estrela (CEBSE), SKILLS GYM – Centro de Competências do Porto; Beira Labor – Empresa de Trabalho Temporário, SA; Gabinete de Inserção Profissional (GIP) de Belmonte; Novo Banco; Confraria da Pastinaca (Cherovia) e do Pastel de Molho da Covilhã; Liga Portuguesa Contra o Cancro.

A AECBP detém ainda protocolos de colaboração e parcerias institucionais com entidades escolares da Covilhã, nomeadamente Escola Secundária Campos Melo (ESCM) e Escola Secundária Frei Heitor Pinto, nas quais a AECBP tem participado ativamente nos Conselhos Escolares e tem sido membro de Júri das Provas de Aptidão de Profissional (PAP's).

A AECBP detém também protocolos de colaboração Institucional no âmbito dos Centros Qualifica das seguintes entidades:

Escola Secundária Campos Melo (ESCM), Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (MODATEX); Escola Profissional de Artes da Beira Interior (EPABI);

Detém ainda protocolos de colaboração com a Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI) e a Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, sendo estas Entidades Prestadoras de Apoio Técnico (EPAT), credenciadas pelo IEFP com vista à promoção do empreendedorismo, à criação de empresas e o autoemprego, apoiando os promotores na criação dos seus projetos de investimento, desde a fase de criação à consolidação do negócio, potenciando o seu desenvolvimento pessoal em termos de competências empreendedores.

12. Outros

Participação da AECBP em eventos, reuniões de trabalho e sessões de esclarecimentos, entre outros:

- Reuniões do Conselho Consultivo do Conselho Empresarial do Centro (CEC), Conselho de Presidentes do CEC e Presidentes das Associações;
- Reunião do Conselho de Presidentes da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);
- Reuniões com as autarquias dos concelhos de abrangência da AECBP, Municípios da Covilhã, Belmonte e Penamacor;
- Participação em Assembleias-gerais (Associação de Desenvolvimento Rural Estrela SUL (ADERES), CEC, CCP, CESAE, Instituto Parkurbis e Turismo do Centro de Portugal);
- Reuniões de trabalho com a CGD – Caixa Geral de Depósito, Caixa de Crédito Agrícola, Novo Banco e Santander Totta;
- Reuniões de trabalho com a Comissão Executiva da Direção e Direção da AECBP;
- Participação nas reuniões do Conselho Geral da ESCM (Escola Secundária Campos Melo);
- Reuniões com a empresa de consultoria CONSULSET, entidade consultora e formadora dos Projetos Formação Ação em curso;
- Reuniões e Fóruns de Reflexão com Associações Empresariais regionais, ACICF, AEBB;
- Reuniões de Trabalho com o órgão de Gestão do GAL ADERES;
- Participação na Assembleia Geral da PARKURBIS;
- Participação nas celebrações do 13º aniversário da CooLabora;
- Participação no Plano de Desenvolvimento da Cova da Beira (PRIP);
- Participação no evento Comércio 360º, reunião de Associações da Zona Centro Interior com o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, para discussão informal de apresentação e informação sobre um conjunto de questões de interesse para as empresas do Comércio e Serviços, e por isso para o Movimento Associativo;
- Participação como júri na avaliação das PAP Multimédia da Escola Secundária Quinta das Palmeiras;
- Participação nas celebrações do dia da UBI (Universidade da Beira Interior);
- Participação na comemoração do Aniversário do Centro Hospitalar Cova da Beira;
- Participação na reunião do Conselho Municipal de Segurança, promovido pelo Município da Covilhã;
- Reunião com Conselho Português dos Refugiados, Câmara Municipal da Covilhã e Centro Local Apoio à Integração de Migrantes;
- Reuniões com fornecedores diversos da AECBP;
- Reuniões com associados da AECBP;
- Participação na Sessão Informativa da Escola Secundária Campos Melo “As competências pessoais valorizadas pelas empresas” e “A empregabilidade no concelho da Covilhã”.

- Participação em fóruns empresariais, seminários, conferências e palestras de âmbito empresarial, social, cultural;
- Entrevistas para a Rádio Cova da Beira, Rádio Clube da Covilhã, Jornal do Fundão, Jornal Notícias Covilhã, Fórum Covilhã;
- Participação em conferências de imprensa;

Considerando a pandemia COVID 19 instalada ao longo do ano 2020, os diversos Estados de Emergência decretados e os consequentes períodos de confinamento, a participação da AECBP nas atividades e eventos referidos foi significativamente mais diminuta, comparativamente com os anos anteriores, ocorrendo a maior parte da sua participação em formato on line.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



13. Contas de Gerência 2021

Apresentação das Demonstrações Financeiras (DF) da Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP)

Exercício Económico de 2021

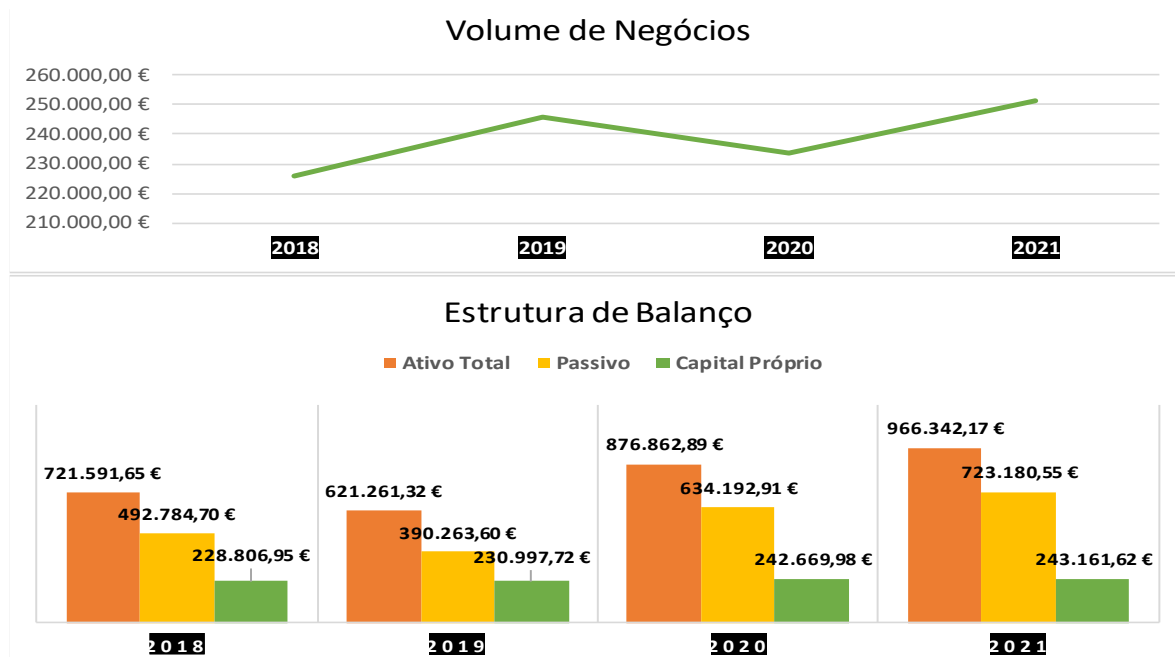
Enquadramento da AECBP

Natureza Societária	Associação Patronal
CAE	94110 – Atividades e Associativismo Empresarial
Ano de Constituição AT	1991
Anos de Negócio	30
Classificação Empresa	Associação Entidade do Sector Não Lucrativo
Fundo Social	55.556,71€
Presidente	João Marques
Contabilista Certificado	Ricardo Passarinha (TOC 65077)

Resumo da Atividade da AECBP

	2021	2020	2019	2018
Total de Rendimentos	251 306,89 €	233 834,87 €	245 941,51 €	225 963,28 €
Resultado Operacional	5 490,27 €	17 065,45 €	6 113,64 €	10 649,75 €
Resultados Líquidos	491,64 €	11 672,26 €	2 190,77 €	422,04 €
Ativo Total	966 342,17 €	876 862,89 €	621 261,32 €	721 591,65 €
Passivo	723 180,55 €	634 192,91 €	390 263,60 €	492 784,70 €
Capital Próprio	243 161,62 €	242 669,98 €	230 997,72 €	228 806,95 €
Autonomia Financeira	25,16%	27,67%	37,18%	31,71%
Solvabilidade	33,62%	38,26%	59,19%	46,43%
N.º médio de Funcionários	4	3	3	3

Graficamente





As Demonstrações Financeiras da AECBP

1.1 O BALANÇO

31 de Dezembro de 2021		Montantes expressos em Euro expressos em Euro	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis e Intangíveis	6,1	448.000,00 €	448.000,00 €
Investimentos financeiros	6,2	9.822,80 €	9.766,86 €
		457.822,80 €	457.766,86 €
Ativo corrente:			
Inventários	6,3	113,52 €	65,00 €
Clientes	6,4	7.765,14 €	6.360,80 €
Estado e outros entes públicos	6,5	5.520,00 €	2.786,75 €
Outras contas a receber	6,6	459.810,65 €	392.273,92 €
Diferimentos	6,7	0,00 €	334,76 €
Caixa e depósitos bancários	6,8	35.310,06 €	17.274,80 €
		508.519,37 €	419.096,03 €
Total do Ativo		966.342,17 €	876.862,89 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado	6,9	55.556,71 €	55.556,71 €
Reservas legais	6,9	24.694,42 €	24.694,42 €
Resultados transitados	6,9	-254.145,44 €	-265.817,70 €
Revalorizações	6,9	366.684,50 €	366.684,50 €
Outras Variações no Capital Próprio	6,9	49.879,79 €	49.879,79 €
		242.669,98 €	230.997,72 €
Resultado líquido do período	4.4 e 4.7	491,64 €	11.672,26 €
Total do Capital Próprio		243.161,62 €	242.669,98 €
Passivo:			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6,12	164.162,60 €	180.234,20 €
Outros Credores	6,13	0,00 €	0,00 €
		164.162,60 €	180.234,20 €
Passivo corrente			
Fornecedores	6,10	102.257,35 €	84.384,49 €
Estado e outros entes públicos	6,11	1.793,20 €	3.463,72 €
Financiamentos obtidos	6,12	21.500,00 €	6.500,00 €
Diferimentos	6,7	418.572,02 €	352.662,52 €
Outras contas a pagar	6,13	14.895,38 €	6.947,98 €
		559.017,95 €	453.958,71 €
Total do Passivo		723.180,55 €	634.192,91 €
Total do Capital Próprio e do Passivo		966.342,17 €	876.862,89 €

A Direcção

Contabilista Certificado



1.2 A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	7,1	26.827,99 €	29.759,11 €
Subsídios à exploração	7,2	61.470,67 €	42.000,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7,3	-1.576,63 €	-909,45 €
Fornecimentos e serviços externos	7,4	-170.933,93 €	-159.803,99 €
Gastos com o pessoal	7,5	-52.937,37 €	-46.494,20 €
Perdas por imparidade	7,6	0,00 €	-4.556,33 €
Outros rendimentos e ganhos	7,7	163.008,23 €	162.075,76 €
Outros gastos e perdas	7,8	-20.368,69 €	-5.005,45 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITA)		5.490,27 €	17.065,45 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,1	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (EBIT)		5.490,27 €	17.065,45 €
Juros e rendimentos similares obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7,9	-4.998,63 €	-5.393,19 €
Resultado antes de impostos (EBT)		491,64 €	11.672,26 €
Imposto sobre o rendimento do período	-	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	-	491,64 €	11.672,26 €

A Direcção

Contabilista Certificado

1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-1 2020								(Euros)
DESCRIÇÃO		CAPITAL PRÓPRIO						Total de Capitais Próprios
		Fundos Social	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	55.556,71 €	-268.008,47 €	24.694,42 €	366.684,50 €	49.879,79 €	2.190,77 €	230.997,72 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações políticas contabil. e erros de períodos anteriores								0,00 €
Distribuição Dividendos ou distribuição Prest. Suplementares								0,00 €
Excedentes revalorização activos fixos tangíveis e intang.								0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			2.190,77 €				-2.190,77 €	0,00 €
	2	0,00 €	2.190,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2.190,77 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						11.672,26 €	11.672,26 €
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						9.481,49 €	11.672,26 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00 €
Subsídios, doações e legados								0,00 €
Outras operações (Prestações Suplementares)								0,00 €
	5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	55.556,71 €	-265.817,70 €	24.694,42 €	366.684,50 €	49.879,79 €	11.672,26 €	242.669,98 €

A Direcção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N 2021

(Euros)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais					Resultado líquido do período	Total de Capitais Próprios
		Fundo Social	Resultados Transitados	Ecedentes de Revalorizações de Ativos	Outros instrumentos de C Próprio	Outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	55.556,71 €	-265.817,70 €	24.694,42 €	366.684,50 €	49.879,79 €	11.672,26 €	242.669,98 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas e erros de anos anteriores								0,00 €
Distribuição Dividendos ou distribuição Prestações Suplementares								0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intang.								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			11.672,26 €				-11.672,26 €	0,00 €
	7	0,00 €	11.672,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-11.672,26 €	0,00 €
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8						491,64 €	491,64 €
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						0,00 €	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								0,00 €
Outras operações								
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	55.556,71 €	-254.145,44 €	24.694,42 €	366.684,50 €	49.879,79 €	491,64 €	243.161,62 €

A Direcção

Contabilista Certificado

1.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (Método Direto)

RUBRICAS	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos (incluindo subsídios à Formação)	251.740,52 €	311.308,75 €
Pagamentos a fornecedores	-141.103,05 €	-238.030,64 €
Pagamentos ao pessoal	-36.991,36 €	-37.117,67 €
Caixa gerada pelas operações	73.646,11 €	36.160,44 €
Pagamentos ao Estado (IVA SS IRS IRC ...)	-18.765,93 €	-17.458,11 €
Outros recebimentos/pagamentos (Formandos)	-10.774,69 €	0,00 €
ATIVIDADES OPERACIONAIS	44.105,49 €	18.702,33 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:	0,00 €	0,00 €
<i>Activos fixos tangíveis</i>	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:	0,00 €	0,00 €
<i>Activos fixos tangíveis</i>	0,00 €	0,00 €
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:	22.500,00 €	11.000,00 €
<i>Financiamentos obtidos</i>	0,00 €	0,00 €
<i>Contas Caucinadas</i>	22.500,00 €	11.000,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:	-48.570,23 €	-33.158,59 €
<i>Financiamentos obtidos</i>	-21.071,60 €	-16.765,40 €
<i>Juros e gastos similares</i>	-4.998,63 €	-5.393,19 €
<i>Contas Caucinadas</i>	-22.500,00 €	-11.000,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>	0,00 €	0,00 €
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-26.070,23 €	-22.158,59 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	18.035,26 €	-3.456,26 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.274,80 €	20.731,06 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35.310,06 €	17.274,80 €

A Direcção

Contabilista Certificado

ANEXO às Demonstrações Financeiras da AECBP referentes ao Exercício Económico de 2021

Nota introdutória

A Direção entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AECBP, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP) é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos e de utilidade pública, possuidora do número de identificação de pessoa coletiva 501352309, sediada no concelho da Covilhã no Largo da Sr.^a do Rosário, n.º 7.

2. Referencial Contabilístico de Preparação Das Demonstrações Financeiras

2.1. - Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09 de Março que aprovou o Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2.2 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

No exercício económico de 2011 adotou-se pela primeira vez a Norma Contabilística e de Relato Financeira para Entidades do Sector Não Lucrativo, resultando em alterações prospetivas das políticas contabilísticas na preparação das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da AECBP, mantidos de acordo com as disposições legais previstas na portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro, com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e adaptadas à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Sempre que a presente Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à AECBP em matéria de contabilização ou de relato financeiro de determinada situação relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que de forma apropriada e verdadeira traduza a posição financeira num determinado momento recorre-se supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

A elaboração do Balanço de abertura implicou o reconhecimento e mensuração, dos itens do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais segundo os critérios aplicáveis a cada elemento patrimonial previstos pela NCRF-ESNL.

Os procedimentos de reconhecimento e de mensuração referem-se ao registo e valorização das rubricas de Balanço por força da aplicação das referidas Normas, seja por utilização do incluído no regime de caixa em utilização, seja por recurso à evidência física e/ou documental existente na entidade à data.

2.3. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer dos exercícios a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC, quer pelo diploma que regula as ESNL.

2.4. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Tendo em conta que foram aplicadas as mesmas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras dos exercícios económicos de 2020 e 2021, não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

De referir que se procedeu, em 2018, à reavaliação dos imóveis da AECBP avaliados em 435.000€, sendo o edifício sede reavaliado em 260.000 € e o terreno Lote A em 175.000 €.

3. Pressupostos subjacentes às DF

3.1. – Regime do Acréscimo

Os efeitos das operações foram reconhecidos nos períodos em que ocorreram, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.

3.2. – Continuidade

Pressupõe-se, na preparação das DF, que a AECBP opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional.

3.3– Características Qualitativas das DF

3.3.1 - Compreensibilidade

A preparação das DF teve como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível.

3.3.2 - Relevância

A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade, isto é, o princípio da materialidade postula que toda informação financeira que seja suscetível de influenciar a decisão dos utentes deverá ser sempre avaliada considerando o rácio custo-benefício quanto à produção de tais informações. Ou seja, à luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente faça sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira, portanto que afete a qualidade da informação.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, que embora possam ser iguais não tem exatamente o mesmo alcance, já que o princípio da relevância caracteriza-se pela natureza da qualidade da informação financeira capaz de influenciar o tomador da decisão/avaliação e o princípio da materialidade, como já vimos, depende da dimensão do valor da mesma em face do todo.

Como tal, embora raro, uma informação pode ser considerada relevante e ao mesmo tempo imaterial.

Em todo o caso, na preparação das DF da AECBP não foram identificados erros, que tenham sido criados com a intenção de alterar a perceção da apresentação da posição financeira ou cash-flows de mesma e sua tendência. Se descobertos no período, deverão ser corrigidos antes das DF serem autorizadas para emissão, se em período posterior, então, os erros, deverão ser corrigidos na informação comparativa apresentada nas DF desse período posterior.

3.3.3 - Fiabilidade

Na preparação das DF seguiu-se o princípio da fiabilidade que visa isentar as mesmas de erros, lacunas, imprecisões, preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio de que as DF sejam dignas de confiança.

3.3.4 – Representação Fidedigna

As DF da AECBP representam com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.

3.3.5 – Substância sobre a Forma

As operações e acontecimentos foram tratados e apresentados nas DF de acordo com a substância e realidade económica que constituem para a AECBP e não apenas perante a forma legal que assumem.

3.3.6 – Neutralidade e Prudência

Na preparação das DF teve-se, também, como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de Ativos ou aumentos de Passivos.

3.3.7 – Plenitude ou Integralidade

Os responsáveis pela gestão da AECBP concederam e colocaram todas as informações materialmente relevantes ao dispor dos técnicos administrativos e Contabilista Certificado de forma a tornar as DF completas.

3.3.8 – Comparabilidade

As DF da AECBP permitem o estabelecimento de tendências de evolução ou de comportamento, no tempo e no espaço, para a própria Associação e outras entidades. Na explicitação de cada rubrica das DF iremos apresentar qual a base particular de valorização (Mensuração) e princípios contabilísticos tidos em conta para a apresentação das mesmas.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da AECBP, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicado às ESNL.

As presentes demonstrações financeiras estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades. O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e aspetos particulares de apresentação de transações específicas e outros acontecimentos foram também considerados.

As demonstrações financeiras destinam-se a satisfazer as necessidades de informação por parte dos associados e utentes tendo por objetivo proporcionar informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro, a afetação dos recursos e dos resultados alcançados pela AECBP.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, correspondendo aqui este conceito à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de a entidade cumprir os fins propostos.

4.2 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto o edifício, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e imparidades acumuladas.

O edifício encontra-se registados ao “custo considerado”, o qual reflete uma reavaliação realizada no ano de 2018, deduzido das depreciações e imparidades acumuladas. A reavaliação dos imóveis da AECBP resultou numa avaliação final de 435.000 €, sendo o edifício sede reavaliado em 260.000 € e o terreno Lote A em 175.000 €.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	N.º de Anos
Edifícios	100 anos
Equipamento	4 a 10 anos
Equipamento de	4 a 10 anos
Equipamento	3 a 10 anos
Outros Ativos Fixos	4 a 6 anos
Programas de	3 a 6 anos

As depreciações têm sido calculadas ao longo da vida útil decorrida, sobre o valor de custo, a taxas variáveis dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal em vigor.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gasto no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações e imparidades acumuladas (escriturada do ativo) e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da AECBP com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem

ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

4.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a AECBP se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, refletindo as mesmas o valor realizável líquido.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

4.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito relacionado com as quotas dos associados é reconhecido quando as mesmas são recebidas.

4.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados pressupostos que afetem as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e de contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (inventários e clientes);
- d) Evolução de processos em contencioso.

4.8 Imposto sobre o rendimento

A AECBP não reconhece impostos diferidos, dado que é uma entidade enquadrada no artigo 10º do código do IRC. Dado o carácter residual da atividade comercial que desenvolve, a tributação em geral corresponde em grande parte apenas à tributação autónoma.

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com o rendimento global, associado à atividade comercial, tendo em conta a legislação em vigor aplicável.

4.9 Provisões

Não foram registadas quaisquer provisões, contudo, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado, criando-se para o efeito uma provisão.

4.10 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídio de férias e de Natal, subsídio de alimentação e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção da AECBP.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e tendo em conta o princípio de especialização dos exercícios.

4.12 Especialização de exercícios

A Associação regista os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do referido mapa financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e correções de erros

A preparação das demonstrações financeiras exige que a AECBP efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de ganhos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data do balanço. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento que a AECBP tem, todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos estimados. A 31 de dezembro de 2021 não existem situações que afetem ou coloquem incertezas materialmente relevantes nas estimativas efetuadas nas demonstrações financeiras apresentadas.

6. Informação Desagregada dos Itens das demonstrações Financeiras – o Balanço

6.1 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 não ocorreram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, além da reavaliação dos imóveis da AECBP realizadas em finais de 2018. Também, não se registaram quaisquer imparidades dos ativos fixos tangíveis da AECBP no referido exercício económico. O Balanço representa o valor líquido dos ativos tangíveis e intangíveis a 31 de dezembro de 2020 e 2021.

2020								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras construções	Equipam. básico	Equipam. de Transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em curso	Total
Ativos Tangíveis								
Saldo inicial	65.000,00	238.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	175.000,00	648.795,60
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	65.000,00	238.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	175.000,00	648.795,60
Depreciações Acumuladas								
Saldo inicial	0,00	30.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	0,00	200.795,60
Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	30.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	0,00	200.795,60
Ativos Líquidos	65.000,00	208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	448.000,00
2021								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras construções	Equipam. básico	Equipam. de Transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em curso	Total
Ativos Tangíveis								
Saldo inicial	65.000,00	238.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	175.000,00	648.795,60
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	65.000,00	238.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	175.000,00	648.795,60
Depreciações Acumuladas								
Saldo inicial	0,00	30.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	0,00	200.795,60
Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	30.375,07	95.661,89	0,00	73.190,75	1.567,89	0,00	200.795,60
Ativos Líquidos	65.000,00	208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	448.000,00

Em 2020, não se efetuaram depreciações do exercício dado que o imóvel a depreciar foi sujeito a uma reavaliação em 2018 e a Direção da AECBP não considera que tenha depreciado. Relativamente aos restantes bens ativos estão completamente depreciados.

6.2 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros, especificamente as participações nas empresas CESAE e PARKURBIS, encontram-se registados pelo método do custo. O investimento financeiro inerente à constituição, em 2003, da Sociedade por quotas CESPRESA, Unipessoal, Lda, da qual a AECBP é a única sócia, foi criada uma imparidade em 2018 pelo seu valor total, ou seja, 5.000 € refletindo a situação de insolvência da empresa participada. O método do custo reconhece apenas no valor da participação, a quota-parte correspondente à distribuição de dividendos, por contrapartida de resultados. No presente exercício económico, não existiu qualquer distribuição de dividendos por parte das referidas empresas

6.3 Inventários

A AECBP comercializa livros de reclamação junto dos seus associados facilitando a sua aquisição, por norma no momento de início de atividade dos mesmos. Os referidos livros de reclamação estão valorizados ao custo histórico (preço de aquisição). À data de 31 de dezembro de 2021 o valor dos inventários era de 113,52 € que corresponde a sete livros de reclamação.

6.4 Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Clientes c/c	7.765,14	6.360,80
Total	7.765,14	6.360,80

A AECBP analisa à data de cada balanço se existem evidências de um ativo ou um grupo de ativos se encontram em imparidade. Ao existirem imparidades registadas na rubrica “clientes” correspondem à parte das respetivas dívidas não cobertas por seguro de crédito ou garantias reais.

As imparidades para créditos de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

6.5 Estado e outros entes públicos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 o saldo devedor do Estado e Outros Entes Públicos era referente a valores de IVA suportado, conforme quadro seguinte:

ATIVO	2021	2020
IVA Reembolsos pedidos	5.520,00	2.786,75
Total	5.520,00	2.786,75

O IVA dedutível apresentado não respeita a qualquer gasto ou investimento referente ao Centro de Custos de Formação e Consultoria financiada.

6.6 Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Camara Municipal da Covilhã	26.302,48	93.240,00
Programa Compete 2020	184.210,06	298.667,85
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	225.536,42	0,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	23.761,69	0,00
Outros devedores	0,00	366,07
Total	459.810,65	392.273,92

O valor a receber no âmbito dos Programas desenvolvidos pelo Compete 2020, pela Confederação do C. S. de Portugal e pelo IEFP, dependem da execução do mesmo junto das empresas participantes e da apresentação de gastos relacionados com o desenvolvimento dos referidos programas, assumindo a AECBP a figura de intermediária entre as empresas envolvidas na formação/consultoria e as Entidades promotoras dos referidos programas.

6.7 Diferimento de Gastos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Seguros Diferidos	0,00	334,76
Total	0,00	334,76

6.8 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os saldos desta rubrica eram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Caixa	250,88	831,31
Depósitos Bancários	35.059,18	16.443,49
Total	35.310,06	17.274,80

6.9 Fundos Patrimoniais

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos fundos patrimoniais, nos exercícios económicos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 estão apresentados no ponto 1.4 - Demonstração de Variações de Fundos Patrimoniais. As variações verificadas no exercício económico de 2020 e 2021 dizem respeito à incorporação de resultados positivos dos períodos em resultados transitados

6.10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	102.257,35	84.384,49
Fornecedores Investimentos	0,00	0,00
Total	102.257,35	84.384,49

6.11 Estado e outros entes públicos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

PASSIVO	2021	2020
Retenção de IRS	405,00	318,75
Imposto S/ VA	0,00	0,00
Segurança Social e FCT	1.388,20	3.144,97
Total	1.793,20	3.463,72

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da AECBP dos exercícios económicos de 2020 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos. A Direção da AECBP considera que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

De referir que existem dívidas em mora relativamente à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente, no que respeita a contribuições para a segurança social. No entanto, existem acordos de pagamento com a referida entidade de forma a regularizá-la.

6.12 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Médio e Longo Prazo		
Empréstimo Bancário	164.162,60	180.234,20
Suprimentos - Outros Mútuos	0,00	0,00
Sub - Total	164.162,60	180.234,20
Curto Prazo		
Empréstimo Bancário	21.500,00	6.500,00
Sub - Total	21.500,00	6.500,00
Total	185.662,60	186.734,20

A rubrica de empréstimos obtidos visa o financiamento dos gastos/despesas incorridas no âmbito dos projetos de formação financiados pelo COMPETE, CCP (POISE) e IEFP. Os gastos com os empréstimos obtidos foram considerados no corrente período.

6.13 Outros credores correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
	0,00	0,00
Outras Dividas Não Correntes	0,00	0,00
Dividas ao Pessoal	0,00	924,98
Outros Credores	14.895,38	6.023,00
Outras Dividas Correntes	14.895,38	6.947,98
Total	14.895,38	6.947,98

6.14 Diferimento de Rendimentos

A rubrica de diferimentos de rendimentos diz respeito aos programas de formação e consultoria Dinamizar e Formação PME que estão a ser desenvolvidos pela AECBP, estando, portanto em fase de execução sendo o seu saldo em 2021 de 418.572,02 €.

7. Informação Desagregada dos Itens das Demonstrações Financeiras – a Demonstração de Resultados

7.1 Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e as prestações de serviços reconhecidos em 2020 e 2021 são detalhados como se segue:

Descrição	2021	2020	Variação
Quotas e Jóias	18.678,05 €	21.004,86 €	-2.326,81 €
Livros de Reclamação	2.351,00 €	1.856,00 €	495,00 €
Prestação de Serviços	5.798,94 €	6.898,25 €	-1.099,31 €
Total	26.827,99 €	29.759,11 €	-2.931,12 €

7.2 Subsídios à Exploração

A rubrica de “Subsídios a Exploração” nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Variação
Camarários e IEFP	61.470,67 €	42.000,00 €	19.470,67 €
Total	61.470,67 €	42.000,00 €	19.470,67 €

Os Subsídios no âmbito do COMPETE 2020 não implicam qualquer contrapartida financeira para a entidade, sendo esta, apenas a entidade que promove a formação para os seus associados e outras empresas (entidades destinatárias do financiamento), ou seja, assumindo apenas um papel de intermediária financeira e de gestão dos projetos promovidos no âmbito do COMPETE, não sendo o seu financiamento considerado subsídio da AECBP mas sim das entidades participantes (as empresas). Sendo, assim, o subsídio à exploração que consta desta rubrica diz respeito a subsídios atribuídos pela Câmara Municipal da Covilhã.

7.3 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Variação
Custo da Mercadoria Vendida	1.576,63	909,45	1.876,72

7.4 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Variação
Serviços Especializados	149.282,39 €	142.149,83 €	7.132,56 €
Materiais Diversos	2.928,49 €	6.158,06 €	-3.229,57 €
Energia e Fluidos	1.200,88 €	1.567,18 €	-366,30 €
Serviços Diversos	17.522,17 €	9.928,92 €	7.593,25 €
Total	170.933,93	159.803,99	11.129,94

A rubrica de serviços especializados diz respeito, essencialmente, a despesas de consultoria e formação referentes à execução dos Programas Dinamizar e Formação PME.

7.5 Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Variação
Remunerações do Pessoal	43.402,28 €	38.330,24 €	5.072,04 €
Encargos de Seg. Social	8.631,96 €	7.926,18 €	705,78 €
Seguro de AT	895,15 €	215,39 €	679,76 €
Outros Gastos	7,98 €	22,39 €	-14,41 €
Total	52.937,37	46.494,20	6.443,17

7.6 Imparidades de dividas a receber e depreciações do exercício

Em 2020, procedeu-se à criação de uma imparidade no valor de 4.556,33 € de dívidas a receber relativamente aos empréstimos efetuados pela AECBP à sua participada em 100%, CESPRESA, dado que a mesma se encontra em situação de insolvência técnica e sem capacidade de solver os seus compromissos financeiros..

7.7 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios findos em 2020 e 2021 apresentavam os seguintes valores:

Descrição	2021	2020	Variação
Subsídios à Formação	163.008,23 €	161.444,75 €	1.563,48 €
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00 €	631,01 €	-631,01 €
Total	163.008,23 €	162.075,76 €	932,47 €
TOTAL DE RENDIMENTOS	251.306,89 €	233.834,87 €	17.472,02 €



7.8 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Varição
Outros gastos e perdas	20.368,69 €	5.005,45 €	15.363,24 €
Total	20.368,69	5.005,45	15.363,24

Nesta rubrica de gastos os valores mais significativos dizem respeito a quotizações pagas/devidas no valor de 3.066,00 €, multas fiscais associadas à CESPRESA, Lda, no valor de 5.036,24 e pagamentos de subsídios de refeição e de deslocação a formandos que frequentam as ações de formação modulares desenvolvidas pela AECBP, no valor de 9.507,52 €.

7.9 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 2020 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020	Varição
Juros Suportados	4.998,63 €	5.393,19 €	-394,56 €
Total	4.998,63	5.393,19	-394,56

8. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Art.66º do Código das Sociedades Comerciais.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a AECBP apresenta dívidas ao Estado em situação de mora conforme discriminado no ponto 6.11. As mesmas respeitam a contribuições para a segurança social, os valores em causa constam de um plano de prestações em acordo com a referida entidade.

Covilhã, 15 de março de 2022.

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Proposta da Direção para afetação dos Resultados Líquidos de 2021

Finda a apresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2021, a Direção da AECBP propõe transferir para resultados transitados o resultado líquido positivo no montante de 491,64 €.

Covilhã, 15 de Março de 2022.

A DIREÇÃO



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

